

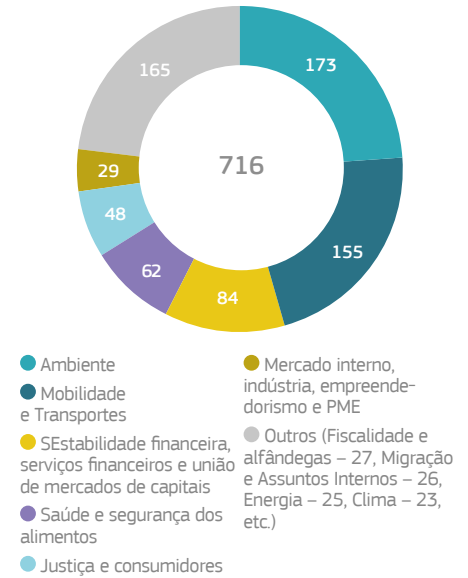
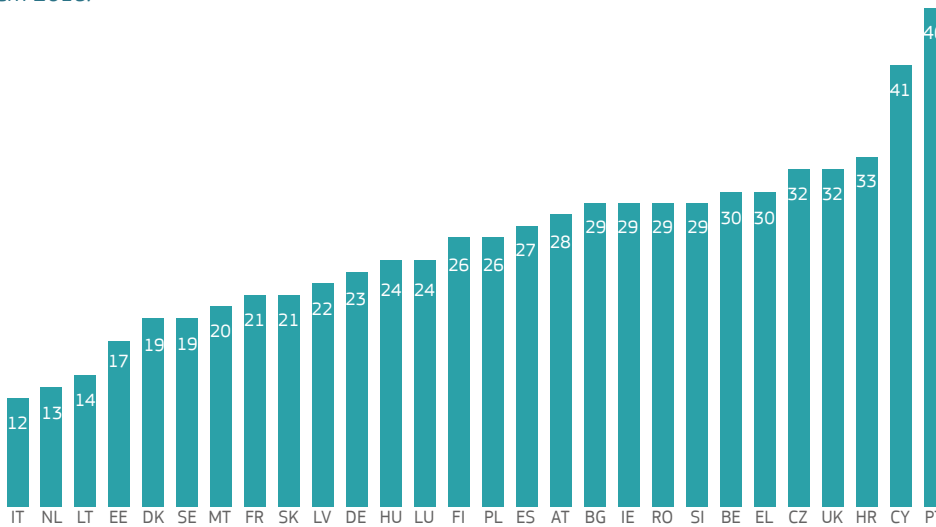
Controlo da Aplicação do Direito da União Europeia

Relatório Anual de 2017

Novos processos por infração iniciados em 2017

Em 2017, a Comissão lançou 716 novos processos por infração. Trata-se de uma diminuição de 27 % em relação a 2016, em que foram lançados 986 processos por infração. Além disso, a Comissão enviou 275 pareceres fundamentados em 2017, uma diminuição face a 292 casos em 2016.

O gráfico seguinte mostra os principais domínios de intervenção em causa.



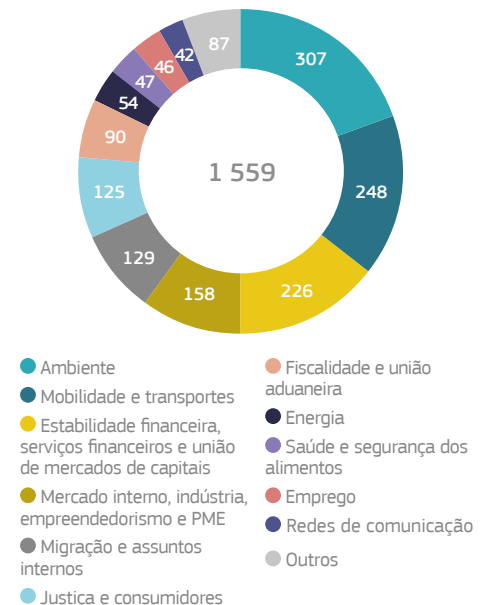
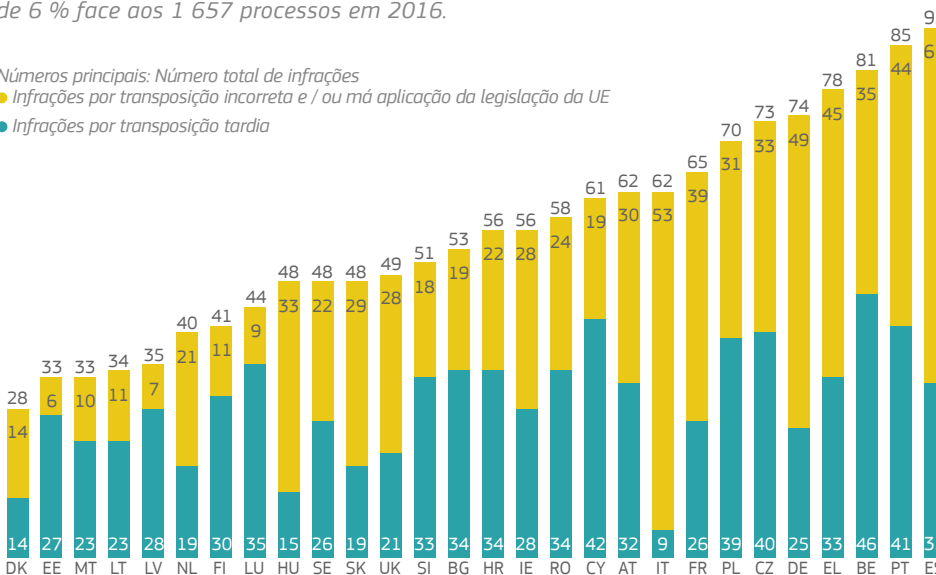
Processos por infração abertos em 31/12/2017 (total)

No final de 2017, havia um total de 1 559 processos por infração abertos, uma diminuição de 6 % face aos 1 657 processos em 2016.

O gráfico seguinte mostra os principais domínios de intervenção em causa.

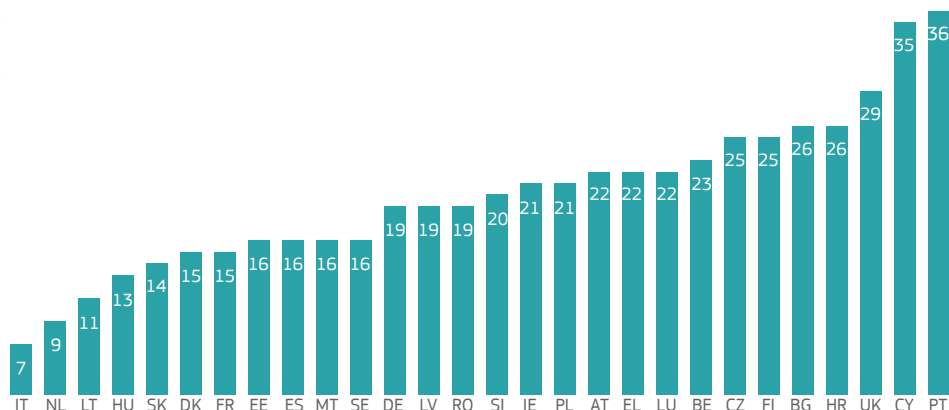
Números principais: Número total de infrações

- Infrações por transposição incorreta e / ou má aplicação da legislação da UE
- Infrações por transposição tardia



Novos processos por infração por atraso na transposição¹

O número de novos processos por infração por atraso na transposição diminuiu 34 % (558 processos em 2017) em comparação com 847 em 2016.



Acórdãos do Tribunal de Justiça da UE ao abrigo dos artigos 258.º e 260.º, n.º 2, do TFUE

O Tribunal proferiu 17 acórdãos ao abrigo do artigo 258.º² do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) em 2017, tendo todas as decisões sido favoráveis à Comissão. Além disso, o Tribunal proferiu um acórdão ao abrigo do artigo 260.º, n.º 2³, DO TFUE, em 2017, no qual impôs o pagamento de sanções pecuniárias compulsórias à Espanha⁴.

¹ Novos processos por infração iniciados contra os 28 Estados-Membros da UE em 2017 devido à não transposição de uma diretiva da UE para o direito nacional dentro do prazo.

² Trata-se de um primeiro acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça da UE.

³ Um processo é novamente remetido ao Tribunal de Justiça da UE se um primeiro acórdão for ignorado; um acórdão pode impor o pagamento de uma quantia fixa ou de uma sanção pecuniária compulsória.

⁴ Comissão/Espanha (processo [C-388/16](#) de julho de 2017; pagamento da quantia fixa de 3 milhões de EUR).

Mais informações:

Documento de trabalho dos serviços da Comissão Europeia — [Relatório Anual 2017](#) sobre o controlo da aplicação do direito da União Europeia» (Parte I: Panorâmica estatística geral)